

Desafios e perspectivas na proteção dos direitos fundamentais em contextos de inteligência artificial

O avanço acelerado da Inteligência Artificial (IA) tem transformado profundamente diversos setores, oferecendo benefícios significativos em áreas como saúde, segurança e serviços ao consumidor. No entanto, essa tecnologia também gera preocupações e desafios complexos no que diz respeito à proteção dos direitos fundamentais, especialmente em relação à privacidade, à segurança, à discriminação e ao viés algorítmico. Este artigo investiga esses desafios e explora as perspectivas para uma proteção mais efetiva dos direitos fundamentais em contextos que envolvem IA. A pesquisa, de natureza bibliográfica, analisa estudos recentes e relatórios que destacam como os algoritmos de IA, ao serem alimentados com grandes volumes de dados, podem reforçar desigualdades existentes e comprometer a privacidade individual. O trabalho aborda, inicialmente, a questão da privacidade e da segurança, examinando os riscos envolvidos na coleta e análise de dados pessoais em larga escala e a vulnerabilidade dos sistemas de IA a ataques cibernéticos. Em seguida, explora os problemas de discriminação e viés algorítmico, enfatizando como esses fenômenos refletem preconceitos estruturais e reforçam desigualdades sociais já presentes. Com base na revisão de literatura, o artigo sugere que, para mitigar esses desafios, é fundamental adotar uma abordagem multidisciplinar e ética na criação e implementação de IA, além de uma regulamentação robusta que assegure a transparência e a responsabilidade dos desenvolvedores e das empresas. Por fim, são discutidas recomendações para o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem o uso responsável e justo da IA, assegurando que essa tecnologia contribua para o bem-estar coletivo e respeite os direitos fundamentais. Este estudo pretende, portanto, sensibilizar acadêmicos, formuladores de políticas e profissionais sobre a importância de proteger os direitos fundamentais frente aos avanços da IA, promovendo um desenvolvimento tecnológico ético e inclusivo.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Inteligência Artificial; Privacidade e Segurança.

Challenges and perspectives in the protection of fundamental rights in artificial intelligence contexts

The rapid advancement of Artificial Intelligence (AI) has profoundly transformed various sectors, offering significant benefits in areas such as healthcare, security, and consumer services. However, this technology also raises complex concerns and challenges regarding the protection of fundamental rights, especially related to privacy, security, discrimination, and algorithmic bias. This article investigates these challenges and explores perspectives for more effective protection of fundamental rights in AI-driven contexts. The research, primarily bibliographic in nature, analyzes recent studies and reports highlighting how AI algorithms, when fed with large volumes of data, can reinforce existing inequalities and compromise individual privacy. Initially, the work addresses privacy and security issues, examining the risks involved in large-scale data collection and analysis and the vulnerability of AI systems to cyber-attacks. Subsequently, it delves into problems of discrimination and algorithmic bias, emphasizing how these phenomena reflect structural biases and reinforce existing social inequalities. Based on the literature review, the article suggests that mitigating these challenges requires a multidisciplinary and ethical approach to AI creation and implementation, along with robust regulation that ensures transparency and accountability for developers and companies. Finally, recommendations are discussed for the development of public policies that encourage the responsible and equitable use of AI, ensuring this technology contributes to collective well-being and respects fundamental rights. Thus, this study aims to raise awareness among academics, policymakers, and professionals about the importance of protecting fundamental rights in light of AI advancements, promoting ethical and inclusive technological development.


Keywords: Artificial Intelligence; Fundamental Rights; Privacy and Security.


Topic: **Direito Constitucional**


Received: **10/07/2024**


Approved: **20/09/2024**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Edinaldo Inocêncio Ferreira Júnior 
Instituto de Tecnologia e Educação Galileo da Amazônia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2516337673524886>
<https://orcid.org/0009-0003-5675-8398>
edinaldoferreira.adv@gmail.com

Diogo Bruno Siqueira de Andrade 
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5752663320062021>
<https://orcid.org/0009-0001-5891-3545>
dbsiqueira1802@gmail.com

José Guedes dos Santos Neto 
Universidade de Fortaleza, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7446461132693893>
<https://orcid.org/0009-0004-6994-7363>
coroneljneto@gmail.com

Eduardo Arival Lindoso 
Universidade Estácio de Sá, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5695772207793678>
<https://orcid.org/0009-0001-4870-1709>
eduardoarival@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2674-6409.2024.002.0001

Referencing this:

FERREIRA JÚNIOR, E. I.; ANDRADE, D. B. S.; SANTOS NETO, J. G.; LINDOSO, E. A.. Desafios e perspectivas na proteção dos direitos fundamentais em contextos de inteligência artificial. **Libro Legis**, v.5, n.2, p.1-8, 2024. DOI: <http://doi.org/10.6008/2674-6409.2024.002.0001>

INTRODUÇÃO

O rápido avanço da inteligência artificial (IA) tem provocado transformações profundas em diversos setores da sociedade, oferecendo inúmeras oportunidades e benefícios (SMITH, 2020). Desde assistentes virtuais em nossos smartphones até sistemas avançados de diagnóstico médico, a IA tem demonstrado seu potencial para melhorar a eficiência, a precisão e a qualidade de várias atividades humanas. No entanto, juntamente com esses avanços, surgem desafios e preocupações relacionadas à proteção dos direitos fundamentais no contexto da inteligência artificial. O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da proteção dos direitos fundamentais em contextos impulsionados pela IA. Dada a rápida evolução da tecnologia e suas crescentes aplicações em diferentes áreas da sociedade, torna-se necessário investigar como garantir a proteção dos direitos fundamentais em um cenário em constante transformação.

A questão central que orienta este estudo é: como proteger efetivamente os direitos fundamentais no contexto da inteligência artificial? Para responder a essa pergunta, serão abordados os seguintes objetivos específicos: Primeiramente, analisar os desafios relacionados à privacidade e segurança no uso da IA. A pesquisa explorará as preocupações decorrentes da coleta e análise de grandes volumes de dados pessoais, bem como as vulnerabilidades dos sistemas de IA em relação a ataques cibernéticos (DUBOIS et al., 2018). Em segundo lugar, mapear os problemas de discriminação e viés algorítmico na inteligência artificial. Serão investigados os desafios relacionados ao treinamento de algoritmos de IA com base em conjuntos de dados que refletem preconceitos e desigualdades existentes na sociedade (BUOLAMWINI et al., 2018).

A pesquisa será conduzida por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, na qual serão analisados estudos acadêmicos, artigos científicos e relatórios relevantes sobre o tema (JOBIN et al., 2019). Serão consideradas abordagens qualitativas e quantitativas, a fim de proporcionar uma visão abrangente sobre os desafios e as perspectivas da proteção dos direitos fundamentais no contexto da IA. A interligação dos métodos de pesquisa ocorrerá por meio de uma análise crítica dos estudos selecionados, identificando padrões, lacunas e tendências emergentes. Serão aplicados critérios de inclusão e exclusão para garantir a seleção adequada dos estudos relevantes para a investigação (CALISKAN et al., 2017).

Espera-se que este estudo contribua para a compreensão e conscientização sobre a importância da proteção dos direitos fundamentais em contextos de inteligência artificial. Ao abordar os desafios e perspectivas relacionados à privacidade, segurança, discriminação e viés algorítmico, será possível identificar soluções e diretrizes para o desenvolvimento e uso ético da inteligência artificial. Por fim, ao analisar os resultados da pesquisa, espera-se fornecer recomendações e insights para acadêmicos, profissionais e formuladores de políticas, com o intuito de promover a proteção dos direitos fundamentais em um mundo cada vez mais impulsionado pela IA.

REVISÃO TEÓRICA

Desafios na Proteção da Privacidade em Contextos de Inteligência Artificial

A adoção da inteligência artificial (IA) traz à tona uma série de desafios relacionados à proteção da privacidade dos indivíduos. À medida que a tecnologia avança e a coleta e análise de grandes volumes de dados pessoais se tornam mais frequentes, surgem preocupações sobre como assegurar a segurança e o respeito à privacidade em um contexto em constante evolução. Um dos principais desafios está na coleta e no uso de dados pessoais pelas aplicações de IA. Com a capacidade de processar e analisar imensas quantidades de informações, os sistemas de IA dependem desses dados para melhorar seu desempenho e eficácia. No entanto, a coleta excessiva e indiscriminada de dados pode levar a violações da privacidade, já que, frequentemente, os usuários não têm controle sobre quais dados estão sendo coletados, como serão utilizados e com quem serão compartilhados. Isso levanta questões legítimas sobre o uso indevido ou não autorizado dessas informações (CALISKAN et al., 2017). Além disso, o uso de algoritmos de IA pode resultar em maior exposição a dados sensíveis. Algoritmos de aprendizado de máquina, por exemplo, podem inferir informações privadas com base em dados aparentemente não relacionados. Isso suscita preocupações sobre a proteção de informações confidenciais, bem como o risco de discriminação ou vazamento de dados sensíveis (DUBOIS et al., 2018). Outro desafio importante é a garantia da segurança dos sistemas de IA contra ataques cibernéticos. A presença crescente da IA em setores críticos, como saúde, transporte e infraestrutura, aumenta a preocupação com eventuais falhas de segurança. Os sistemas de IA podem se tornar alvo de ataques que visem manipular ou corromper os dados, prejudicando a privacidade dos usuários e comprometendo a integridade dos resultados (SMITH, 2020).

Outro ponto relevante é a falta de transparência nos algoritmos de IA. Muitos desses sistemas são complexos e opacos, o que dificulta a compreensão sobre como tomam decisões e processam dados. Essa falta de clareza pode comprometer a confiança dos usuários, além de dificultar a identificação de possíveis vieses algorítmicos ou discriminação (BUOLAMWINI et al., 2018). Diante desses desafios, é crucial adotar medidas eficazes para proteger a privacidade em contextos de IA. Isso inclui a implementação de regulamentações claras e abrangentes que definam os limites e as exigências para a coleta, uso e compartilhamento de dados pessoais. Além disso, é necessário promover a transparência e a explicabilidade dos algoritmos de IA, garantindo que os usuários compreendam como seus dados são processados e como as decisões são tomadas (DUBOIS et al., 2018).

O desenvolvimento de técnicas avançadas de criptografia e segurança cibernética também se torna essencial para proteger os dados pessoais contra violações e ataques maliciosos. Investir em pesquisas e tecnologias que visem garantir a privacidade e a segurança dos sistemas de IA é fundamental (SMITH, 2020). Em resumo, a proteção da privacidade em contextos de IA enfrenta desafios significativos. A coleta indiscriminada de dados, a exposição de informações sensíveis, a segurança dos sistemas e a transparência dos algoritmos são questões que exigem atenção e soluções eficazes. Apenas por meio de uma abordagem

abrangente e multidisciplinar será possível enfrentar esses desafios e garantir que a IA seja desenvolvida e utilizada de forma ética e responsável, respeitando os direitos fundamentais dos indivíduos.

Segurança e Responsabilização na Utilização da Inteligência Artificial

A segurança e a responsabilização são pilares fundamentais quando se trata da utilização de sistemas de inteligência artificial (IA). Com a crescente adoção dessa tecnologia em uma variedade de setores — como saúde, educação, transporte e finanças — surge uma responsabilidade crucial: garantir que os sistemas de IA operem de maneira segura e que os danos resultantes de seu uso sejam adequadamente responsabilizados. Este capítulo aborda a importância de garantir a segurança dos sistemas de IA e a necessidade de estabelecer mecanismos eficazes de responsabilização para suas consequências, especialmente à medida que a tecnologia evolui e sua autonomia aumenta.

A segurança é um dos principais desafios na implementação de tecnologias baseadas em IA, devido ao fato de que essas tecnologias são alimentadas por grandes volumes de dados, muitos dos quais são sensíveis e pessoais. A segurança dos dados e a proteção contra ataques cibernéticos são questões prementes, uma vez que qualquer falha na proteção pode resultar em vazamento de informações privadas, prejudicando indivíduos e empresas. Para garantir a segurança de um sistema de IA, é necessário adotar medidas rigorosas que envolvem a implementação de protocolos de segurança robustos e a utilização de criptografia avançada. Essas medidas ajudam a evitar o acesso não autorizado e a proteger dados contra vazamentos ou manipulações externas (JOBIN et al., 2019).

Além da segurança dos dados, também é fundamental garantir a integridade dos próprios sistemas de IA. Estes sistemas podem ser vulneráveis a ataques cibernéticos, como intrusões maliciosas que visam corromper a base de dados ou manipular o comportamento do algoritmo. A segurança física dos dispositivos que utilizam IA também é uma consideração importante, especialmente quando se trata de tecnologias como veículos autônomos e robôs industriais. Esses dispositivos podem ser alvos de sabotagem, o que pode resultar em danos materiais e até mesmo colocar em risco a vida de seres humanos, seja pelo mau funcionamento do sistema ou pela interferência deliberada em seu funcionamento (DUBOIS et al., 2018). Portanto, além da proteção de dados, é fundamental adotar uma abordagem holística para a segurança dos sistemas de IA, que considere tanto os aspectos digitais quanto físicos. Em um mundo cada vez mais conectado, é necessário um monitoramento contínuo para detectar possíveis vulnerabilidades e ameaças que possam surgir com a evolução da tecnologia. Isso exige um esforço conjunto entre empresas, governos e pesquisadores para desenvolver soluções de segurança que possam acompanhar as rápidas mudanças nas capacidades dos sistemas de IA.

À medida que a inteligência artificial avança e se torna mais autônoma, a questão da responsabilização pelos danos causados por essas tecnologias se torna cada vez mais complexa. Em sistemas de IA que possuem capacidades de aprendizado e tomada de decisão independentes, como carros autônomos e algoritmos de crédito, é essencial estabelecer mecanismos claros de responsabilidade. Quem

deve ser responsabilizado quando um sistema de IA comete um erro ou causa danos, seja físicos, financeiros ou emocionais?

Uma das grandes questões relacionadas à responsabilização é determinar quem deve ser responsabilizado quando os sistemas de IA causam danos. A questão torna-se mais complexa à medida que a IA se torna mais autônoma. Por exemplo, em um acidente envolvendo um veículo autônomo, quem é o responsável? O desenvolvedor do algoritmo, o fabricante do veículo ou o proprietário? Em muitos casos, não há uma resposta simples, pois a responsabilidade pode ser compartilhada entre vários agentes, como desenvolvedores de software, fabricantes de hardware e os usuários finais. Além disso, é importante que a legislação evolua para acompanhar os avanços tecnológicos, a fim de garantir que haja mecanismos eficazes de reparação para os danos causados por decisões erradas tomadas por IA (SMITH, 2020).

Outro aspecto importante da responsabilização está na definição de responsabilidades éticas e legais. A IA não é isenta de vieses e discriminação, já que os algoritmos muitas vezes são treinados com dados que refletem desigualdades e preconceitos presentes na sociedade. Isso pode resultar em decisões que prejudicam determinados grupos, como mulheres, minorias raciais e pessoas de baixa renda. Assim, a responsabilização deve também abranger a promoção de princípios éticos na concepção e uso dos sistemas de IA, assegurando que não haja discriminação ou injustiças nos processos decisórios (SMITH, 2020). Além disso, é importante destacar que a responsabilização deve não se restringir apenas aos desenvolvedores e fornecedores de IA. As organizações que utilizam sistemas de IA também devem ser responsabilizadas, especialmente quando esses sistemas têm um impacto direto na vida dos usuários. Empresas que implementam IA em seus processos, por exemplo, têm a responsabilidade de garantir que os algoritmos utilizados sejam justos, transparentes e não discriminatórios. As empresas devem garantir que, se os sistemas de IA falharem ou causarem danos, os usuários afetados recebam a devida compensação e reparação.

Para que a segurança e a responsabilização na utilização de IA sejam efetivas, é necessária uma abordagem regulatória robusta e a colaboração de vários atores da sociedade. Governos, empresas, pesquisadores e organizações internacionais devem trabalhar em conjunto para criar regulamentações claras e eficazes que definam as responsabilidades e os padrões éticos na utilização de IA. Isso inclui a criação de normas que abordem não apenas a segurança e a proteção de dados, mas também questões éticas relacionadas ao viés e à discriminação nos algoritmos de IA. Além disso, é importante que as regulamentações evoluam de maneira contínua para acompanhar o ritmo de inovações tecnológicas. A natureza dinâmica da IA exige uma legislação flexível e adaptável, que possa ser modificada conforme novas questões surgem. Os sistemas de IA estão em constante evolução, e as regulamentações precisam ser ágeis o suficiente para se ajustarem a essas mudanças, sem comprometer os direitos dos indivíduos ou a segurança pública.

A colaboração entre os setores público e privado é essencial para garantir que as regulamentações sejam não apenas eficazes, mas também viáveis. Empresas de tecnologia, pesquisadores e desenvolvedores de IA têm um papel importante na criação de padrões de segurança e práticas éticas, enquanto os governos devem garantir que esses padrões sejam adotados e implementados de maneira ampla. Além disso, a

sociedade civil também deve ser parte ativa desse processo, garantindo que as regulamentações atendam às necessidades e preocupações dos cidadãos.

Em resumo, a segurança e a responsabilização são aspectos centrais para garantir que a inteligência artificial seja utilizada de maneira segura, ética e responsável. A proteção contra-ataques cibernéticos, a defesa da privacidade dos dados e a segurança física dos sistemas são aspectos fundamentais para prevenir danos causados por falhas nos sistemas de IA. Além disso, é imprescindível que existam mecanismos claros de responsabilização, que definam as responsabilidades dos desenvolvedores, usuários e organizações que utilizam IA. Somente por meio de uma colaboração abrangente entre governos, empresas, pesquisadores e a sociedade será possível garantir que a IA seja desenvolvida e utilizada de maneira que respeite os direitos dos indivíduos, promovendo um futuro mais seguro e justo para todos.

Implicações da Inteligência Artificial no Contexto da Discriminação e Viés Algorítmico

A aplicação de Inteligência Artificial (IA) traz implicações consideráveis no contexto da discriminação e viés algorítmico. Embora a IA tenha o potencial de aumentar a eficiência e a precisão em diversas áreas, o uso inadequado dos algoritmos e a falta de conscientização podem resultar em práticas discriminatórias, além de reforçar preconceitos e desigualdades existentes na sociedade. Um dos principais desafios é o viés algorítmico, que ocorre quando os algoritmos reproduzem e amplificam preconceitos presentes nos dados utilizados para treiná-los. Por exemplo, em processos de seleção de currículos, algoritmos treinados com dados históricos que refletem discriminação de gênero ou raça podem perpetuar essas disparidades em seleções futuras (CALISKAN et al., 2017).

Esses vieses podem gerar consequências negativas e discriminatórias em áreas como contratação, crédito, justiça criminal e saúde. Quando a IA é utilizada nesses contextos, é essencial que os algoritmos sejam desenvolvidos e treinados com dados representativos e que se faça uma análise crítica para identificar e mitigar possíveis vieses. Outro fator importante é a falta de diversidade e inclusão nas equipes responsáveis pelo desenvolvimento de IA. A ausência de representação de grupos minoritários e de vozes marginalizadas pode aumentar a probabilidade de que sistemas de IA reforcem desigualdades já existentes. Assim, promover diversidade e inclusão nas equipes de desenvolvimento se torna uma ação crucial (BUOLAMWINI et al., 2018). Além disso, a IA pode implicar riscos relacionados à vigilância em massa e à violação de privacidade, especialmente com os avanços nas tecnologias de reconhecimento facial e na coleta generalizada de dados pessoais. Isso pode resultar em grupos específicos sendo alvo de vigilância desproporcional e tratamento discriminatório. Para mitigar esses riscos, é imperativo estabelecer regulamentações e diretrizes claras que assegurem o uso ético e responsável dessas tecnologias, protegendo os direitos individuais (SMITH, 2020).

A abordagem das implicações da IA em relação à discriminação e viés algorítmico requer esforços multidisciplinares. A colaboração entre pesquisadores, desenvolvedores, legisladores e defensores dos direitos humanos é essencial para criar e implementar diretrizes éticas e regulamentações que promovam a equidade e a não discriminação no uso da IA. Além disso, é importante realizar avaliações contínuas e transparentes dos algoritmos para identificar e corrigir vieses, assegurando que os sistemas de IA sejam

desenvolvidos com princípios de justiça, transparência e responsabilidade. A conscientização sobre as questões de discriminação e viés algorítmico deve ser incentivada por meio da educação e do engajamento público.

Em resumo, a inteligência artificial impõe desafios significativos no que tange à discriminação e viés algorítmico. Para garantir o uso ético e responsável da IA, é essencial abordar essas questões de forma proativa, criando algoritmos sensíveis aos contextos sociais, culturais e históricos. Além disso, é necessário adotar medidas que promovam diversidade, inclusão e transparência no desenvolvimento e implementação dessas tecnologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os desafios e as perspectivas relacionados à proteção dos direitos fundamentais em contextos de inteligência artificial. A rápida evolução da IA tornou evidente a necessidade de uma abordagem cuidadosa, com a criação de um marco regulatório robusto, capaz de assegurar a proteção eficaz dos direitos dos indivíduos. Questões como privacidade, segurança, responsabilização e combate à discriminação são fundamentais e precisam ser abordadas de maneira estratégica para garantir um uso responsável e ético das tecnologias emergentes. Além disso, é imprescindível promover a conscientização sobre os impactos sociais e individuais da IA, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias mais éticas, inclusivas e sensíveis às questões de direitos humanos. A proteção dos direitos fundamentais no contexto da IA é um desafio complexo, mas, por meio de ações legislativas e regulatórias adequadas, é possível garantir que a inteligência artificial seja utilizada de forma responsável, respeitando a dignidade e os direitos de cada pessoa. O papel da legislação é crucial para criar um ambiente regulatório que defina claramente as responsabilidades de desenvolvedores, fornecedores e usuários de sistemas de IA (SMITH, 2020).

No que diz respeito à privacidade, é fundamental que a legislação assegure o consentimento informado e explícito dos indivíduos em relação à coleta, utilização e compartilhamento de seus dados pessoais. A implementação de políticas eficazes de privacidade e proteção de dados é essencial para garantir que esses dados sejam tratados com segurança e em conformidade com os princípios de minimização e finalidade específica (GDPR, 2016). Além disso, é necessário destacar a importância da colaboração internacional no campo jurídico, uma vez que a harmonização de normas e padrões entre os países facilita a cooperação e o intercâmbio de boas práticas na proteção dos direitos fundamentais no uso da inteligência artificial. Organizações internacionais, como a União Europeia e a Organização das Nações Unidas, têm desempenhado um papel essencial na definição de diretrizes e na promoção de padrões éticos que devem orientar o desenvolvimento e a implementação da IA (OECD, 2019).

Em síntese, a proteção dos direitos fundamentais no contexto da inteligência artificial exige uma abordagem jurídica sólida e abrangente. A legislação deve lidar com questões como privacidade, segurança, responsabilização e combate à discriminação, fornecendo diretrizes claras e eficazes para o desenvolvimento e uso ético da IA. A implementação dessas medidas garantiria que a inteligência artificial se torne uma

ferramenta que respeite e beneficie os direitos humanos, promovendo um futuro mais justo, equitativo e compatível com os princípios da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T.. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY AND TRANSPARENCY. **Proceedings**, p.77-91, 2018.

CALISKAN, A.; BRYSON, J. J.; NARAYANAN, A.. Semantics derived automatically from language corpora contain human-like biases. **Science**, v.356, n.6334, p.183-186, 2017.

DUBOIS, E.; PAILLÉ, L.; TRUDEL, P.. Towards a typology of artificial intelligence ethics guidelines. **International Review of Information Ethics**, v.28, n.10, p.1-9, 2018.

GDPR. Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of

natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data, and repealing Directive 95/46/EC (General Data Protection Regulation). **Official Journal of the European Union**, L119, 2016.

JOBIN, A.; IENCA, M.; VAYENA, E.. The global landscape of AI ethics guidelines. **Nature Machine Intelligence**, v.1, n.9, p.389-399, 2019.

OECD. **Recommendation of the Council on Artificial Intelligence**. 2023

SMITH, M.. Artificial intelligence and privacy: Protecting privacy rights in the age of AI. **Oxford Journal of Legal Studies**, v.40, n.2, p.425-452, 2020.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.